

Governadores vão depor à CPI fora do Congresso

Alan Marques

Os três governadores citados por José Carlos Alves dos Santos prestarão depoimento fora do Congresso Nacional. Ontem, o presidente da CPI do Orçamento, senador Jarbas Passarinho, recebeu do governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, um comunicado marcando dia, hora e local da sua inquirição: Ele será ouvido por uma comissão especial, às 10h00 de domingo próximo, na residência oficial de Águas Claras.

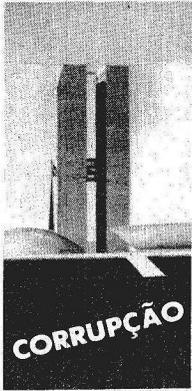
Em nota divulgada ontem à noite, Roriz disse que está "absolutamente tranquilo" e reitera sua disposição em aceitar colaborar com os trabalhos da CPI. O governador Edson Lobão, do Maranhão, comunicou-se ontem por telefone com o senador Jarbas Passarinho. Ele afirmou ao senador que não pretende criar nenhuma dificuldade ao trabalho da CPI. Lobão disse a Passarinho que a idéia de ouvir a Assembléia Legislativa do Maranhão sobre o seu depoimento foi do presidente da Assembléia e não dele. "Eu desestimulei essa idéia", disse o governador.

Contribuição — O governador do Maranhão também divulgou nota ressaltando que, apesar de parece-

res jurídicos garantirem que a CPI não tem jurisdição sobre os governos estaduais, não se recusará a colaborar com a comissão. Ele frisou que aceitou o convite na expectativa de que possa "contribuir para o aperfeiçoamento das instituições democráticas". "Não sou acusado de nada e nem se conhecem sequer alegações contra mim. O convite que me endereçou a CPI decorre de simples referência de um ex-funcionário sem qualquer credibilidade e da decisão do órgão de ouvir todos os que por ele foram mencionados", afirma Lobão.

O relator da CPI, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), disse que, se os governadores quiserem, a CPI indicará comissões especiais para ouvi-los nos seus estados, já que eles têm amparo legal para marcar dia, hora e local para depor. Magalhães elogiou a posição adotada pelos governadores anteontem, de não se opor à decisão da CPI de ouvi-los. "Os governadores merecem o reconhecimento pela forma como estão se colocando, evitando um confronto entre poderes", disse.

Vínculo partidário — O deputado Roberto Magalhães informou que as comissões especiais, que tomarão os depoimentos dos governadores, serão compostas por integrantes das diferentes subcomissões. Os parlamentares não poderão pertencer ao partido do governador a ser inquirido.



Ao depor à comissão, José Carlos acusou Fiúza de beneficiar liberação de recursos a João Alves